

	2012	2012
	(Publicado)	(Reclassificado)
Ativo	20.586.282	27.554.968
Clientes (a)	1.435.076	1.435.076
Impostos a recuperar	401.127	401.127
Estoques	648.147	648.147
Créditos de funcionários	178.384	178.384
Outras contas a receber (b)	444.780	444.780
Despesas do exercício seguinte	43.203	-
Despesas Circulante a apropriar	223.192	-
Ativo Não Circulante	19.110.753	12.142.067
Realizável a Longo Prazo	6.951.391	182.706
Clientes (a)	1.996.388	0,00
(-) PCLD (a)	(1.996.388)	0,00
Consórcios Pró-Estrada (a)	5.232.177	0,00
Precatórios (a)	1.736.509	0,00
Depósitos restituíveis	165.304	0,00
Cheques em cobrança	17.401	0,00
Depósitos judiciais	165.305	0,00
Outras contas a receber	17.401	0,00
Investimentos (c)	219.832	0,00
(-) Provisão para perdas em Investimentos	(219.832)	0,00
Imobilizado	11.773.641	11.773.641
Intangível	185.721	185.721
Total do Ativo	52.432.162	52.432.162

	2012	2012
	(Publicado)	(Reclassificado)
Passivo e Patrimônio Líquido	20.875.700	20.875.700
Passivo Circulante	6.757.794	13.998.401
Salários e contribuições (e)	2.753.974	5.314.178
Adiantamento de Clientes	24.894	24.894
Impostos e taxas	1.247.284	1.247.284
Outras contas a pagar	290.943	290.943
Provisão para férias, 13º salário e encargos	2.560.205	-
Provisão para contingências	7.664.214	-
Passivo Não Circulante	7.240.607	7.664.214
Provisão para contingências (f)	0,00	7.664.214
Recebedores (d)	2.008.431	-
Receitas Diferidas (a)	5.232.177	-
Total do Passivo	28.539.915	28.539.914
Patrimônio Líquido	23.882.248	23.882.248
Capital social	95.588.320	95.588.320
Reservas de capital	22.295	22.295
Recursos para aumento de capital	6.600.000	6.600.000
Reserva especial - Decreto 332/91	786.721	786.721
Prejuízos acumulados	(79.105.088)	(79.105.088)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	52.432.162	52.432.162

O quadro a seguir mostra a composição destes saldos por período de vencimento:

	30 dias	30-60 dias	61-120 dias	121-180 dias	181-365 dias	365 dias mais	Total
Circulante							
Clientes Locação	6.946			3.032	22.138	100.671	132.787
Clientes Pró-Estrada	171.286	15.008	30.782	1.621	14.840	5.090.335	5.353.912
Clientes Geral	15.927.682	1.692.211	626.411	490.296		1.395.864	20.132.464
Precatórios					47.138,39	10.286.093	10.333.231
Sub Total	16.098.967	1.714.166	657.193	520.337	84.116	16.872.963	35.952.395
PCLD						(1.496.535)	(1.496.535)
PCLD - Consórcios						(5.003.082)	(5.003.082)
Total	16.098.967	1.714.166	657.193	520.337	84.116	9.857.889	28.452.778

Ativo Não Circulante

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa São Paulo	1.000,00	1.000,00
Caixa Campinas	632,96	1.997,03
Caixa São José do Rio Preto	17.071,23	11.301,14

O quadro a seguir mostra a composição destes saldos por período de vencimento:

	30 dias	30-60 dias	61-120 dias	121-180 dias	181-365 dias	365 dias mais	Total
Circulante							
Clientes Locação	6.946			3.032	22.138	100.671	132.787
Clientes Pró-Estrada	171.286	15.008	30.782	1.621	14.840	5.090.335	5.353.912
Clientes Geral	15.927.682	1.692.211	626.411	490.296		1.395.864	20.132.464
Precatórios					47.138,39	10.286.093	10.333.231
Sub Total	16.098.967	1.714.166	657.193	520.337	84.116	16.872.963	35.952.395
PCLD						(1.496.535)	(1.496.535)
PCLD - Consórcios						(5.003.082)	(5.003.082)
Total	16.098.967	1.714.166	657.193	520.337	84.116	9.857.889	28.452.778

Ativo Não Circulante

	31/12/2013	31/12/2012
Acordos Consórcios	344.171	
Precatórios	94.277	
Total	438.447	

Total Circulante + Não Circulante

	31/12/2013	31/12/2012
Clientes Locação	6.946	
Clientes Pró-Estrada	171.286	15.008
Clientes Geral	15.927.682	1.692.211
Precatórios		
Sub Total	16.098.967	1.714.166
PCLD		
PCLD - Consórcios		
Total	16.098.967	1.714.166

Contas a Receber

	2012	2012	2012
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Clientes	1.450.323,47	1.996.387,79	3.446.711,26
Consórcio Pró-Estrada	669.255,70	5.232.176,61	5.901.432,31
Clientes Locação			0,00
Serviços Executados			
a Faturar	18.466.703,36		18.466.703,36
Faturação a Receber		1.736.508,98	1.736.508,98
Total	20.586.282,53	8.965.073,38	29.551.355,91

Contas a Receber

	2012	2012	2012
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Clientes	1.450.323,47	1.996.387,79	3.446.711,26
Consórcio Pró-Estrada	669.255,70	5.232.176,61	5.901.432,31
Clientes Locação			0,00
Serviços Executados			
a Faturar	18.466.703,36		18.466.703,36
Faturação a Receber		1.736.508,98	1.736.508,98
Total	20.586.282,53	8.965.073,38	29.551.355,91

vida útil do ativo, as taxas levam em consideração a vida útil econômica dos bens, como segue e conforme nota 11:

	Prazo
Computadores e periféricos	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas e utensílios industriais	5 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	Período de locação

Intangível: Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, onde as amortizações são calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas levam em consideração a vida útil estimada dos bens:

Descrição

	Prazo
Softwares e licenças	5 anos

Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subseqüentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Não foram identificadas ativos e passivos monetários relevantes que evidenciassem a necessidade de ajustes a valor presente. **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Emprestimos e financiamentos:** São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. **Ativos e Passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC T 19.7, Resolução CFC nº 1.180/09, que apresenta os seguintes conceitos: **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Companhia possui total controle da situação ou quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo; **Passivos contingentes:** são contabilizados com base na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, levando em consideração a natureza das ações, existência de processos anteriores, posicionamento dos tribunais e complexidade da causa, sempre que a perda por avaliada como provável, os valores possam ser mensurados com suficiente segurança e que haja a perspectiva de uma provável saída de recurso. Para as perdas classificadas como possíveis, os passivos não são contabilizados, devendo ser divulgados em nota explicativa. As perdas consideradas como remotas não são registradas ou divulgadas. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de qualquer custos de transação diretamente atribuíveis. **Nota 4 - Caixa e Equivalente de Caixa:** Representam os valores disponíveis em caixa e os depósitos bancários à vista.

Contas a Receber

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa São Paulo	1.000,00	1.000,00
Caixa Campinas	632,96	1.997,03
Caixa São José do Rio Preto	17.071,23	11.301,14

O quadro a seguir mostra a composição destes saldos por período de vencimento:

	30 dias	30-60 dias	61-120 dias	121-180 dias	181-365 dias	365 dias mais	Total
Circulante							
Clientes Locação	6.946			3.032	22.138	100.671	132.787
Clientes Pró-Estrada	171.286	15.008	30.782	1.621	14.840	5.090.335	5.353.912
Clientes Geral	15.927.682	1.692.211	626.411	490.296		1.395.864	20.132.464
Precatórios					47.138,39	10.286.093	10.333.231
Sub Total	16.098.967	1.714.166	657.193	520.337	84.116	16.872.963	35.952.395
PCLD						(1.496.535)	(1.496.535)
PCLD - Consórcios						(5.003.082)	(5.003.082)
Total	16.098.967	1.714.166	657.193	520.337	84.116	9.857.889	28.452.778

Ativo Não Circulante

	31/12/2013	31/12/2012
Acordos Consórcios	344.171	
Precatórios	94.277	
Total	438.447	

Total Circulante + Não Circulante

	31/12/2013	31/12/2012
Clientes Locação	6.946	
Clientes Pró-Estrada	171.286	15.008
Clientes Geral	15.927.682	1.692.211
Precatórios		
Sub Total	16.098.967	1.714.166
PCLD		
PCLD - Consórcios		
Total	16.098.967	1.714.166

Contas a Receber

	2012	2012	2012
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Clientes	1.450.323,47	1.996.387,79	3.446.711,26
Consórcio Pró-Estrada	669.255,70	5.232.176,61	5.901.432,31
Clientes Locação			0,00
Serviços Executados			
a Faturar	18.466.703,36		18.466.703,36
Faturação a Receber		1.736.508,98	1.736.508,98
Total	20.586.282,53	8.965.073,38	29.551.355,91

Contas a Receber

	2012	2012	2012
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Clientes	1.450.323,47	1.996.387,79	3.446.711,26
Consórcio Pró-Estrada	669.255,70	5.232.176,61	5.901.432,31
Clientes Locação			0,00
Serviços Executados			
a Faturar	18.466.703,36		18.466.703,36
Faturação a Receber		1.736.508,98	1.736.508,98
Total	20.586.282,53	8.965.073,38	29.551.355,91

Contas a Receber

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa Presidente Prudente	142,68	1.882,96
Caixa Bauru	2.825,67	1.620,32
Caixa Bauru - Rodados	19,00	235,46
Total Caixa	21.691,54	18.036,91
Banco do Brasil Ag. 33227 C/C 1300069-8	1.031.135,51	6.451.841,22
Banco do Brasil Ag. 33227 C/C 1300063-0	1.409.891,27	564.205,27
Banco do Brasil Ag. 33227 C/C 360-3		226,70
Banco do Brasil Ag. 3567 C/C 70090-8	2.606,29	1.445,84
Banco do Brasil Ag. 59587 C/C 130008	44,20	0,00
Banco do Brasil Ag. 65757		
C/C 130.679-0 - SJR	40.171,45	27.835,26
Banco do Brasil Ag. 66095		
C/C 130.319-9 - PPR	65.858,67	26.526,01
Banco do Brasil Ag. 69191		
C/C 130.094-6 BAU.ROD	360,16	1.228,63
Banco do Brasil Ag. 69191		
C/C 130.095-4 BAU.		
C/C 130.095-4 BAU.	27.123,88	24.031,13
Banco do Brasil Ag. 6937X C/C 148-1 - CPS80	373.142,89	1.111,11
Bradesco Ag. 28944 C/C 6537-4	692,50	1.007,81
Total Bancos	2.658.257,06	7.141.166,98
Total Caixa e Bancos	2.679.948,60	7.159.203,89

Nota 5 - Aplicações Financeiras: Representam os valores disponíveis em aplicações financeiras de liquidez imediata, acrescidas de rendimentos auferidos até a data do balanço e não sujeitas a riscos de mudança de valor.

	31/12/2013	31/12/2012
Banco do Brasil Ag. 40932 C/C 1303602		0,00
Banco do Brasil Ag. 40932 C/C 1300657		0,00
Banco do Brasil Ag. 59587 C/C 1300065	480.073,30	1.144.026,40
Banco do Brasil Ag.		

Cidades Amigas (Acordo)		108.243,56	108.243,56
Conisud (Acordo)	Juquitiba	48.811,88	237.944,30
	Embu Guaçu	43.888,33	
	Itapeirica da Serra	56.168,57	
	São Lourenço da Serra	43.888,33	
	CONISUD	45.187,19	
Vale do Rio Grande (Acordo)	Valentim Gentil	40.038,63	167.182,48
	Américo de Campos	23.742,27	
	Riolândia	23.742,60	
	Cosmorama	23.742,27	
	Paulo de Faria	32.174,11	
	Álvares Florence	23.742,60	

Total 5.518.539,03

Deste saldo, R\$ 344.171,21 se referem a parcelas de acordos a vencer no longo prazo e R\$ 171.285,60 a vencer no curto prazo. Em 2013, por orientação da auditoria externa, a receita diferida foi baixada contra ajustes em exercícios anteriores e uma provisão para perdas das ações em andamento foi constituída, também contra ajustes em exercícios anteriores. Não afetou o resultado de 2013, já que essas ações já estavam reconhecidas no Balanço Patrimonial de 2012. A presente auditoria entende que essas ações nem deveriam estar contabilizadas mas o foram por orientação da auditoria externa anterior. Essa nova orientação tem o objetivo de tornar mais transparente a realidade dos créditos da empresa. Uma vez reconhecidos, a provisão para perdas destes créditos informa que a probabilidade de recebimento, por enquanto, é baixa. As receitas diferidas foram baixadas integralmente, no valor de R\$ 5.818.539,03. A provisão para perdas com esses créditos foram constituídos apenas para as ações em andamento já que os acordos estão sendo pagos. O valor provisionado então, foi de R\$ 5.003.082,22.

e. **Locação:** saldo de 2012 foi divulgado dentro do saldo de Clientes. Para efeito de comparação, o saldo de Clientes Locação em 31.12.12 era de R\$ 122.927,12. Os precatórios formados a partir de títulos vencidos e não pagos foram considerados na conta de Precatórios a Receber. f. **Precatórios a Receber:** Parte dos valores registrados em Clientes de Curto Prazo em 2012 foi transferida para Precatórios a Receber. Por orientação da auditoria externa, esses precatórios foram atualizados desde sua data de constituição até 31.12.12 e depois, para 31.12.13. O ajuste de 2012 foi lançado contra Ajustes de Exercícios Anteriores e o de 2013, como juros e correção. O detalhe desses ajustes está na Nota 22. Os títulos foram atualizados com base na tabela para atualização de débitos judiciais do Superior Tribunal de Justiça acrescentado de 0,5% ao mês de juros.

	Valor publicado em 2012	Valor atualizado para 31/12/2012	Valor Atualizado para 31/12/2013
Prefeituras			
Balbinos.....	7.692,54	73.078,64	81.852,91
Bom Sucesso.....	45.500,00	267.881,05	300.044,49
Cachoeira Paulista.....	33.193,05	282.947,75	316.920,19
Campos Novos Paulista.....	14.960,00	70.866,52	79.375,19
Casa Branca.....	50.613,45	564.280,54	632.031,53
Divinópolis.....	25.007,30	187.691,52	210.226,92
Eldorado.....	27.923,46	350.549,69	392.638,84
Guapiara.....	13.277,14	42.938,64	48.094,12
Itacaré.....	81.000,00	355.202,91	397.850,75
Igarapava.....	7.560,86	81.677,24	91.483,91
Itapeva.....	89.779,85	452.103,20	506.385,49
Itapira.....	160.000,00	433.458,15	485.501,80
Jauá.....	319.840,23	251.245,11	2.868.763,94
Mineiros do Tietê.....	6.375,60	62.481,03	69.982,89
Mogi Guacu.....	73,22	46.114,53	51.651,34
Monte Azul Paulista.....	252,53	114.188,20	127.898,34
Novo Horizonte.....	21.167,73	0,00	0,00
Ribeirão Branco.....	8.858,20	65.331,56	73.175,67
Riolândia.....	51.887,35	311.045,01	348.390,99
São Carlos.....	59.485,01	635.566,23	711.876,22
Santa Cruz do Rio Pardo.....	282.830,34	353.731,51	396.202,68
Taquaritanga.....	366.932,80	1.790.919,59	2.005.948,40
Cardoso.....	28.483,63	60.640,74	67.921,64
Tapiratiba.....	33.814,69	145.786,00	163.289,96
Total	1.736.508,98	9.309.725,37	10.427.508,21

Nota 7 - Impostos A Recuperar: Conta 31/12/2013 31/12/2012

Saldo negativo de IRPJ a compensar (a).... 2.026.336,83 1.434.426,02

PASEP a recuperar (b)..... 0,00 115,87

COFINS a recuperar (c)..... 0,00 533,83

CSLL a Compensar..... 43.688,98 0,00

Total 2.070.025,81 1.435.075,72

a. Saldo negativo de IRPJ correspondem aos valores retidos de Aplicações Financeiras dos anos-exercícios de 2009 a 2013 que excederam ao saldo devido nos respectivos exercícios fiscais, os quais foram atualizados pela taxa SELIC no exercício corrente: b. CSRF a compensar é referente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (1%) retido em 2013 nas notas fiscais emitidas para o INCRA. **Nota 8 - Estoques:** Os estoques estão registrados pelo preço médio de aquisição, inferiores ao custo de reposição.

	31/12/2013	31/12/2012
Conta		
Estoque Sede.....	33.411,35	50.419,63
Estoque Rodados.....	32.464,48	26.908,19
Estoque Bauru.....	175.361,25	94.592,82
Estoque Campinas.....	167.124,08	105.812,90
Estoque São José do Rio Preto.....	219.704,96	105.581,44
Estoque Presidente Prudente.....	55.810,87	17.812,08
Total	683.876,99	401.127,06

Foi realizado um inventário dos estoques em dezembro de 2013 em todas as filiais e no escritório central. Foram definidos procedimentos para inventário e para a organização física do estoque, padronizando os endereços, inclusive no sistema integrado de gestão. O levantamento de saldo físico gerou diferenças em relação ao registrado no sistema, acertadas automaticamente no módulo de estoque, e depois contabilizados. **Nota 9 - Créditos e Adiantamentos a Funcionários:** Os adiantamentos a funcionários são compostos por adiantamentos a despesas de viagens.

	31/12/2013
Escritório Central e Centros de Negócio	
Adiantamento São Paulo.....	23.200,00
Adiantamento Bauru.....	0,00
Adiantamento Campinas.....	1.460,00
Adiantamento São José do Rio Preto.....	8.737,40
Adiantamento Presidente Prudente.....	150,00
Adiantamento Bauru Manutenção.....	0,00
Insuficiência de Saldo de Salário.....	10.921,99
Total	44.469,39

Nota 10 - Investimentos: Os valores registrados como Investimentos, compostos por participações societárias, estão demonstrados ao custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31/12/95 e deduzidos da provisão para perdas os outros investimentos por não representarem valores prováveis de realização. **Investimento** 2013 2012

IMÓVEIS PARA INVESTIMENTOS..... 152.503,77 0,00

CEAGESP..... 2.380,64 2.380,64

DERSA..... 2.371,79 2.371,79

PRODESP..... 2.378,14 2.378,14

FEPASA..... 27.130,31 27.130,31

TELESP..... 12.303,12 12.303,12

IMESP..... 2.390,95 2.390,95

TELERJ..... 2.749,19 2.749,19

Cia. Telefones Brasil..... 2.482,22 2.482,22

TELEBRAS..... 4.167,04 4.167,04

Outros Investimentos..... 161.479,00 161.479,00

Provisão para Perdas de Créditos..... (161.479,00) (219.832,40)

Total 210.857,17 0,00

Nota 10.1 Propriedade Para Investimentos: Desde 2012, vem sendo feito um levantamento dos imóveis e de sua situação física e jurídica. Ao longo de 2013, pode-se listar os imóveis que não estão em operação. Sendo assim, esses imóveis foram transferidos da conta de Imobilizado para a conta de Investimentos, conforme CPC 28 - Imobilizado. Segue a lista dos imóveis transferidos para Investimentos:

	Valor R\$
Terrenos	
Lins.....	8.358,47
Marília.....	27.945,96
São Manoel.....	6.666,09
Bragança Paulista.....	32.319,46
Guaratinguetá.....	4.643,59
Casa Branca.....	5.618,74
Andradina.....	1.157,83

	Valor R\$
Terrenos	
Fernandópolis.....	2.247,50
Araçatuba.....	5.732,46
Andradina.....	13.265,09
Oliveira Coutinho.....	946,48
Itatinga.....	12.084,99
Santa Ernestina.....	5.356,63
Jauá.....	12.134,63
Mogi das Cruzes.....	4.738,65
Franca.....	9.287,20
Total	152.503,77

	Saldo 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Custo	Depreciação	TOTAL
Imobilizado						
Terrenos.....	329.352,03	0,00	152.503,77	176.848,26	0,00	176.848,26
Edifícios.....	2.055.906,85	0,00	0,00	2.055.906,85	1.748.892,19	307.014,66
Tratores.....	24.604.267,84	1.941.631,66	1.895.241,63	24.650.657,87	22.600.143,82	2.050.514,05
Móveis e Utensílios.....	1.203.645,56	41.382,90	18.522,27	1.226.206,19	971.580,43	254.625,76
Veículos.....	13.319.458,25	1.035.931,93	1.043.537,34	13.311.852,84	10.342.673,63	2.969.179,21
Máquinas e Equipamentos.....	1.084.153,84	146.018,09	78.899,26	1.151.272,67	839.170,71	312.101,96
Instalações.....	633.289,64	0,00	0,00	633.289,64	583.153,36	50.136,28
Benefetórias Imóveis Terceiros.....	847.906,39	0,00	0,00	847.906,39	691.105,06	156.801,33
Computadores e Periféricos.....	1.197.854,82	40.202,00	6.487,00	1.231.569,82	1.052.422,67	179.147,15
Benefetórias Imóveis Próprios.....	1.059.810,01	0,00	0,00	1.059.810,01	0,00	1.059.810,01
Subtotal	46.335.645,23	3.205.166,58	3.195.491,27	46.345.320,54	38.829.141,87	7.516.178,67
Tratores Pró-Estrada.....	38.625.921,84	0,00	0,00	38.625.921,84	38.625.921,84	0,00
Total	84.961.567,07	3.205.166,58	3.195.491,27	84.971.242,38	77.455.063,71	7.516.178,67

Nota 12 - Intangível: O Intangível está registrado pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31/12/95 e deduzidos das amortizações acumuladas. Não há evidências de que os valores residuais do ativo intangível superem os seus valores realizáveis por venda ou de utilização e, portanto, não foi constituída provisão para perdas de valor recuperável conforme determina o CPC nº 1.

	Saldo 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Custo	Amortização	TOTAL
Imobilizado						
Software.....	281.552,00	0,00	0,00	281.552,00	231.344,04	50.208,16
Marcas e Patentes.....	134.738,17	0,00	0,00	134.738,17	26.549,76	108.188,41
Total	416.290,17	0,00	0,00	416.290,17	230.569,61	158.396,57

Nota 13 - Fornecedores: Os valores pendentes de fornecedores de 2012 foram discriminados em circulante e não circulante. Em 2013, por orientação da auditoria externa, uma vez que os títulos classificados no não circulante estavam todos vencidos, foram reclassificados para circulante. O quadro seguinte mostra a comparação com os dados conforme publicado em 2012.

	31/12/2013	31/12/2012
Conta		
Fornecedores Curto Prazo.....	16.782.513,02	6.757.793,79
Fornecedores vencidos há mais de 1 ano.....	2.031.196,73	7.240.607,32
Total	18.813.709,75	13.998.401,11

O acréscimo de fornecedores a pagar se deveu a atrasos de pagamento.

Nota 14 - Salários e Contribuições: O critério para pagamento da folha é o último dia útil do mês. A provisão para encargos de férias dos funcionários foi constituída de acordo com os direitos adquiridos até a data de encerramento do exercício, acrescidos dos encargos previdenciários e sociais.

	31/12/2013	31/12/2012
Conta		
INSS.....	1.486.595,58	873.408,17
INSS retido de fornecedores.....	0,00	718.586,00
INSS retido.....	900.669,58	495.603,95
IRRF de funcionários.....	126.929,35	279.384,63
FGTS.....	130.814,63	170.309,34
Honorários Conselho Administração.....	-	109.337,57
Outras contribuições.....	98.483,28	107.344,34
Subtotal	2.743.492,42	2.853.974,00
Provisão para férias.....	2.392.579,73	1.845.616,33
Provisão para INSS sobre férias.....	545.670,28	566.942,03
Provisão para FGTS sobre férias.....	196.736,81	147.646,59
Total	5.878.479,42	5.314.178,95

Nota 15 - Provisão para Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais em processos administrativos, fiscais e trabalhistas em trânsito perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração com base nas informações de seus Assessores Jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e com base em jurisprudências anteriores referentes a jurisprudências nos respectivos tribunais e, frente às qualidades reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso. A provisão está assim constituída:

	31/12/2013	31/12/2012
Natureza das Provisões		
Ações trabalhistas em fase de execução....	1.262.466,19	1.164.213,61
Ação cível - Atrium (fase de execução iniciada em janeiro de 2014).....	21.954.131,72	6.500.000,00
Total	23.216.597,91	7.664.213,61

• **Processos de natureza Trabalhista:** Em 31 de dezembro de 2013 havia inúmeros processos trabalhistas em andamento, cujos temas versam sobre adicionais de periculosidade, insalubridade, horas extras, vínculo empregatício e verbas rescisórias. Não há ações classificadas como provável risco de perda, seja por estarem em fase inicial do processo, seja por julgamento de valor. Para as ações em fase de execução, foi complementada a provisão existente totalizando o valor de R\$ 1.262.466,19.

• **Processos de natureza Cível e Tributárias:** Foi complementada a provisão existente para o total de R\$ 6.730.237,98, referente ao processo judicial da empresa Atrium Participações de acordo com o Acórdão de 17.05.2012. Por solicitação da auditoria externa, atualizamos a provisão para contingência cíveis, com o valor de R\$ 11.579.521,60 até 31/12/2012 e R\$ 3.644.372,14 até 31/12/2013. A demonstração desses acréscimos nos exercícios anteriores está na nota 22. Com isso, o valor total de provisões relativo a esse processo é de R\$ 21.954.131,72. Passivos contingentes - Existem outros passivos que são objeto de discussão judicial nos quais a probabilidade de perdas foram analisadas pelos nossos advogados como sendo possíveis e/ou remotas, porém em valores não representativos. **Nota 16 - Patrimônio Líquido: a) Capital Social:** O Capital Social é de R\$ 100.588.320,02 em 31/12/2013 e é composto de 18.780.945.481.834 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Recursos para Aumento de Capital:** Em julho de 2011 foi elaborada a proposta orçamentária para o ano de 2012 e solicitado aumento de capital. No final de 2011 foi aprovado o orçamento do Estado e determinado o aumento de capital de R\$ 1.600.000,00. Com este recurso foram comprados oito caminhões totalizando 1.670.000,00, sendo R\$ 70.000,00 com recursos próprios.

	2013	2012
Quantidade		
04.....	Caminhões Eurocarga 260E25	920.000,00
04.....	Caminhões Eurocarga Attack	750.000,00
Total dos Bens Adquiridos		1.670.000,00

Para a conclusão desta operação é necessário a aprovação do Conselho Fiscal e de Administração e a deliberação da AGE para o aumento de capital de R\$ 100.588.320,02 para R\$ 102.188.320,02, sem emissões de ações, cujo total permanecerá 18.780.945.481.834 ações ordinárias nominativas.

	2013	2012
Nota 17 - Receita Operacional Líquida		
Projeto Melhor Caminho.....	62.696.418,87	70.474.776,79
ITESP.....	5.251.836,77	2.539.368,53
Outros Serviços.....	9.441.284,69	3.959.832,49
Microbacias.....	0,00	85.488,12
Secretaria Adm. Penitenciária.....	6.392.693,55	258.336,82
INCRA.....	4.960.275,48	167.862,42
Total	88.742.509,36	77.485.665,17
Total	2013	2012
PASEP.....	1.506.145,25	1.331.240,32
COFINS.....	6.937.396,38	6.131.773,60
ISS.....	1.965.491,37	1.364.186,08
Receita Operacional Líquida.....	78.333.476,36	68.658.465,17
Nota 18 - Custos		
Custo de Pessoal.....	21.580.487,59	16.489.127,82
Custos do Serviço.....	53.990.571,52	44.442.215,90
Custo de Depreciação.....	4.142.601,25	2.913.047,39
Total de Custos	79.713.660,36	63.844.391,11
Nota 19 - Despesas Operacionais		
Total	2013	2012
Custo de Pessoal Administrativo.....	15.843.835,42	12.829.166,82
Despesas Gerais e Administrativas.....	10.274.013,53	7.668.465,00
Despesas de Depreciação.....	680.705,64	592.327,03
Total de Despesas	26.798.554,59	21.089.958,85

Nota 11 - Imobilizado: O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31/12/95 e deduzidos das depreciações acumuladas. Não há evidências de que os valores residuais do ativo imobilizado superem os seus valores realizáveis por venda ou de utilização e, portanto, não foi constituída provisão para perdas de valor recuperável conforme determina o CPC nº 1. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas recomendadas pela legislação fiscal.

Plano de Cargos, Carreiras e Salários vigente foi aprovado em 1998, com falhas de temporalidade e legalidade. O novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários foi elaborado por esta diretoria, com assessoria da FUNDAP e aprovado pelo Conselho de Administração. Propõe-se a reequilibrar os cargos dos empregados diante do perfil de atividades desenvolvidas na CODASP, além de corrigir e evitar distorções no quadro de pessoal. Essa mudança é de fundamental importância para se fazer cumprir aspectos legais e atender recomendações de órgãos fiscalizadores (Tribunal de Contas do Estado, Secretaria da Fazenda e Corregedoria do Estado de São Paulo).

Em 06 de setembro de 2012 a CODASP encaminhou ofício à Secretaria da Fazenda, com vistas ao CODEC/CEDC, com o pleito sobre readequação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, justificativas e demais documentações pertinentes. Foram feitas várias reuniões com o CEDC em 2013 e o Plano voltou para a CODASP no final do ano para novas readequações.

Nota 24 - Instrumentos Financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais se destinam a atender as suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de es-

tratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos: **a) Gerenciamento de riscos:** A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas de serviços para a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e para Prefeituras, nos quais por serem empresas públicas os créditos são garantidos. Para os casos de inadimplência, a Administração mantém provisão que considera suficiente para eventuais perdas na recuperação de seus recebíveis. **b) Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras (Nota nº 3). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **(ii) Empréstimos e financiamentos:** Quando na ocorrência de empréstimos e/ou financiamentos para aquisição de imobilizações são registrados com base nos juros contratuais de cada operação e foram designados pelo valor justo em contrapartida de resultado. **c) Operações com derivativos:** A Companhia não efetuou aplicações de caráter espe-

culativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de Swap ou similares. **Nota 25. Cobertura com Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Diretoria: **Jairo de Almeida Machado Junior** - Diretor Presidente
Weber Ciloni - Diretor de Operações
Contador - Miguel Gazola - CRC SP-177137/O-0

Técnico de Contabilidade
Artur José da Silva Neto - CRC SP-265763/O-2

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da **Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP**, infra-assinados, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial da Empresa levantado em 31 de dezembro de 2013, em conjunto com as demais peças que o acompanham, inclusive o Relatório da Administração e, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, frente aos documentos apresentados pela Empresa e às informações obtidas junto à mesma, e considerando o Relatório da Auditoria Independente, Audifisco Auditoria Fiscal e Contábil S/S, acerca das Demonstrações Financeiras, emitido em 24.03.2014, são de parecer que o referido Balanço e seus anexos relativos ao exercício de 2013, estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas da Companhia. São Paulo, 26 de março de 2014. **Heloisa Regina Alves Moraes, Mitiko Ohara Tanabe, Regiane Braz Azevedo de Souza, Antônio Frederico Ponte de Albuquerque.**

operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Embora a Companhia venha apresentando prejuízos operacionais contínuos, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Para esse fim, a CODASP depende principalmente do equacionamento do seu fluxo de caixa. **Outros assuntos:** **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 12 de abril de 2013, que contee opinião com ressalvas sobre: inconsistência nos procedimentos de inventário que evidenciam distorções nos saldos; não apresentação de conciliação da conta de créditos de funcionários; e ressalva quanto a confirmação de saldos de diversas contas contábeis que tiveram reflexos em exercícios anteriores. Em 2013 a Companhia realizou os inventários dos estoques e efetuou os ajustes das diferenças permitindo acuridade dos saldos, e efetuou a conciliação adequada da conta de créditos de funcionários. **Reapresentação de informações nas demonstrações contábeis:** Conforme descrito nas notas explicativas 2.2 e 22, as demonstrações financeiras de 31/12/2012 da Companhia foram alteradas em relação àquelas apresentadas anteriormente, inclusive seus valores correspondentes, em cumprimento da Resolução CFC 1.179/09 que aprovou a NBC TG 23(r) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2013, examinamos também as reapresentações descritas nas notas explicativas 2.2 e 22 acima citadas. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. São Paulo, 24 de março de 2014. **Audifisco Auditoria Fiscal e Contábil S/S** - CRC 2SP 002.135/0-1, **Vander Bittencourt Ribeiro** - Contador - CRC 1SP 159.913/O-3.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras: 1 - Conforme descrito na nota explicativa 02, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

No caso da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, essas práticas não foram atendidas em sua plenitude, em especial não atendendo algumas orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

(a) falta de verificação da necessidade de "impairment" sobre o imobilizado previsto no CPC 01, contrariando a Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos); (b) não identificação dos valores residuais e não apuração da vida útil econômica dos bens, a qual vem sendo calculada de acordo com as taxas indicadas pela legislação do imposto de renda, não atendendo o CPC 27, contrariando a - NBC T 19.1 - disciplinado pela Resolução CFC nº 1.177/09. Em decorrência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à razoabilidade do valor dos ativos e da despesa de depreciação reconhecida no resultado do exercício. 2 - Até a última data de nossos trabalhos de campo, não nos foram apresentadas as documentações suporte e respectivas conciliações das contas representativas de INSS a pagar, ISS a recolher, e Cauções e Valor em Garantia, que em 31 de dezembro de 2013 apresentavam os montantes de R\$ 383 mil, R\$ 900 mil e R\$ 244 mil, respectivamente, não nos sendo possíveis, nas circunstâncias, também obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos passivos. 3 - Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou imobilizado líquido no montante de R\$ 7.516 mil. Os controles e registros do imobilizado se apresentaram inconsistentes, não sendo possível nas circunstâncias, obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos ativos. Ainda, a Companhia mantém em seu ativo imobilizado imóveis que não são utilizados nas suas atividades operacionais, os quais foram reclassificados no grupo de "propriedades para investimento" conforme nota 10.1, em atendimento ao CPC 28 - Propriedade par Investimento, regulamentado pela Resolução CFC nº 1.178/09 que aprovou a NBC TG 28 (r). A respectiva resolução determina que as entidades determinem o valor justo de propriedades para investimento para a finalidade de mensuração (se a entidade usar o método do valor justo) ou de divulgação (se usar o método do custo). Não observamos esta divulgação nas notas explicativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA AGRÍCOLA DE SÃO PAULO - CODASP em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas